

PAULO DE BESSA ANTUNES

**COMENTÁRIOS
AO NOVO
CÓDIGO FLORESTAL**

LEI Nº 12.651/12

ATUALIZADO DE ACORDO COM A LEI Nº 12.727/12

2ª EDIÇÃO

SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. – 2014

© 2012 by Editora Atlas S.A.

1. ed. 2012; 2. ed. 2014

Capa: Leonardo Hermano

Composição: Entexto – Diagramação de textos



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Antunes, Paulo de Bessa

Comentário ao novo código florestal / Paulo de Bessa Antunes.

– 2. ed. – atual. de acordo com a Lei nº 12.727/12.

São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-8942-8

ISBN 978-85-224-8943-5 (PDF)

1. Florestas – Leis e Legislação – Brasil I. Título.

12-14163

CDU-347.243.8(81)(094.46)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Leis: Comentários: Código florestal 347.243.8(81)(094.46)

2. Leis: Comentários: Brasil: Código florestal 347.243.8(81)(094.46)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Editora Atlas S.A.

Rua Conselheiro Nébias, 1384

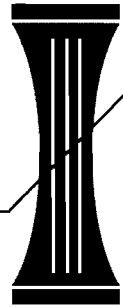
Campos Elísios

01203 904 São Paulo SP

011 3357 9144

atlas.com.br

Sumário



Índice sistemático do Código Florestal, ix

Prefácio à 2ª edição, xi

Advertência, xiii

Introdução, 1

1.1 Abrangência do Novo Código Florestal, 3

1.1.1 Principais características de Leis Florestais de países estrangeiros, 4

Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, 7

1 – Breve história do direito florestal brasileiro, 9

O Decreto nº 4.421, de 28 de dezembro de 1921, 11

1.1 – Código Florestal de 1934, 14

2 – Especialização do Direito de proteção à diversidade biológica, 16

2.1 – Competências Constitucionais: previsão de Lei Especial para a criação de Unidades de Conservação, 17

2.2 – A solução de conflitos entre leis, 19

2.3 – Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/2006) e Novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), 22

2.3.1 – Regime de supressão de vegetação, 24

3 – Propriedade das terras no Brasil, 29

- 1 – Competências constitucionais em matéria florestal, 35
 - 1.1 – Evolução da competência constitucional em matéria de florestas, 39
 - 1.2 – O problema jurídico da norma geral, 42
- 2 – Repartição de competências administrativas em matéria florestal, 45
- 3 – O exercício das competências estaduais, 47
- 4 – O conteúdo do artigo 1º – A, 48
 - 4.1 – Os princípios do artigo 1º – A, 49
 - 4.1.1 – Integração de políticas, 51
- 1 – Natureza jurídica e conceito de floresta, 54
 - 1.1 – Florestas públicas, 60
 - 1.2 – Efeitos penais, 61
 - 1.3 – Demais formas de vegetação (nativa), 61
 - 1.3.1 – Vegetação primária ou secundária (estágio de regeneração), 62
- 2 – Uso “irregular” da propriedade, 66
- 3 – Caráter *Propter Rem* da obrigação, 67
- 1 – Alterações conceituais promovidas pela Lei nº 12.651/2012, 75
 - 1.1 – Exercício das competências estaduais, 80
- 1 – Aspectos gerais, 94
 - 1.1 – Histórico e evolução do conceito, 94
- 2 – Conceito jurídico de área de preservação permanente, 96
- 3 – Áreas urbanas e proteção de florestas e vegetação nativa, 98
- 4 – Terras públicas, 105
- 5 – Alguns pontos polêmicos dos conceitos legais, 106
 - 5.1 – Borda da calha de leito regular, 106
 - 5.2 – Jurisprudência, 113
 - 5.3 – Restinga como fixadora de dunas ou estabilizadora de mangues, 118
- 6 – Área de preservação permanente com função de proteção de recursos hídricos, 122
- 7 – Demais áreas de preservação permanente, 124
 - 7.1 – Considerações gerais, 131
 - 7.2 – Necessidade de ato concreto, 133
- 8 – Áreas de Preservação Permanente criadas por normas estaduais e municipais, 133
- 9 – Regime tributário aplicável, 136
- 10 – Ações diretas de inconstitucionalidade, 146

Apêndice, 365

Referências Bibliográficas, 391

Índice Remissivo, 397